



Calidoscópio

E-ISSN: 2177-6202

calidoscopio@unisinis.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Magalhães Angrisano, Rafael; David Silva, Giani
Os conceitos de verdade, midiatização e acontecimento para análise de narrativas
telejornalísticas
Calidoscópio, vol. 13, núm. 3, septiembre-diciembre, 2015, pp. 406-415
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=571561401016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Rafael Magalhães Angrisano
rafael_angrisano@hotmail.com

Giani David Silva
gianids@gmail.com

Os conceitos de verdade, mediação e acontecimento para análise de narrativas telejornalísticas

Views on truth concepts, mediatization and event for analysis of narrative TV news

RESUMO – A estética televisiva ainda é a principal referência de reprodução da realidade social. Mesmo com o avanço das novas mídias e da *web*, a televisão permanece forte para grande parte da população. A TV é a mídia de referência do nosso cotidiano. Sabendo disso, torna-se necessário refletir a construção dos modelos de realidade veiculados todos os dias pelos *media*. No presente artigo, propomos uma reflexão de alguns conceitos que consideramos fundamentais, como Verdade, Mediação e Acontecimento. A revisão foi feita com base nas obras de Verón, Deleuze, Quéré e outros autores consagrados de diferentes campos do conhecimento como a Filosofia, a Sociologia e a Semiótica. Trata-se de conceitos de sofisticação teórica, em que percebemos mais diálogos do que discordâncias, três olhares que podem servir como operadores de análise para a reflexão das mais variadas narrativas televisuais de informação. Ao fim, propomos cinco chaves de leitura, com base nas reflexões feitas, a saber, a observação dos meios com que as narrativas almejam obter um caráter de verdade absoluta, os modos como o discurso tenta concordar com o real por meio de juízos expressos por identificações e qualificações dos seres, os aspectos indiciários das narrativas, a relação entre a dimensão verbal e a dimensão visual e a perda e o ganho de significado na formatação do acontecimento em relato.

Palavras-chave: verdade, acontecimento, mediação.

ABSTRACT – Television aesthetic is still the main reference reproduction of social reality. Even with the advancement of new media and web, television remains strong for much of the population. The TV is the reference media of our daily life. Knowing this, it becomes necessary to reflect the construction of models of reality conveyed by the media every day. In this article, we propose a reflection of some concepts that we consider fundamental, as Truth, and Mediatization Event. The review was based on the works of Verón, Deleuze, Quéré and other renowned authors from different fields of knowledge, such as Philosophy, Sociology and Semiotics. It is of theoretical sophistication concepts, from which we realize more dialogues than disagreements, three looks that can serve as an analytical operators to reflect the various televisual narrative information. At the end, we propose five reading keys, based on the reflections, such as compliance means that the narratives aim to obtain an absolute truth of character, the ways in which the discourse attempts to agree on the actual via expressed judgments for IDs and qualifications of beings, the indexical aspects of the narratives, the relationship between the verbal and the visual dimension size and the loss and gain significance in shaping the event into account.

Keywords: truth, event, mediatization.

Uma proposta de percurso sobre a noção de verdade na Filosofia

O paradoxo deste puro devir, com sua capacidade de furtar-se ao presente, é a identidade infinita: identidade infinita nos dois sentidos ao mesmo tempo, do futuro e do passado, da véspera e do amanhã, do mais e do menos, do demasiado e do insuficiente, do ativo e do passivo, da causa e do efeito. É a linguagem que fixa os limites (por exemplo, o momento em que começa o demasiado), mas é ela também que ultrapassa os limites e os restitui à equivalência infinita de um devir ilimitado (Deleuze, 2007, p. 2).

O objetivo do artigo é fazer dialogar os conceitos de Verdade, Mediação e Acontecimento para a reflexão de olhares analíticos de narrativas televisuais. Antes de começarmos essa primeira seção, sobre a Verdade, antevemos que esse exercício de revisão em poucas palavras do conceito de verdade na Filosofia é um trabalho que não visa esgotar a discussão. Temos ciência da profundidade de tal temática. No entanto, optamos por fazê-lo mesmo que de modo sintético, devido à importância do conceito para o estudo do jornalismo, que trata do compromisso social com a “verdade dos fatos”.

Essa exposição esquemática, apesar de simplificadora, permite uma aproximação do conceito, com base na tradição da filosofia platônica e a sua grande ruptura que ocorreu a partir do pensamento nietzschiano. Sabemos que muitos outros filósofos em diferentes épocas, não apenas os ocidentais, contribuíram para a reflexão do conceito de “verdade” na perspectiva que aqui tomamos e mesmo os aqui citados sofreram influências de outros. Contudo, acreditamos que a explicitação a seguir poderá ajudar a pensar o termo a partir de uma visada que perpassa dois grandes momentos.

Desde a Antiguidade, o ser humano empreende a tarefa de tentar determinar uma verdade que explique o universo. Tomamos aqui como verdade, em um sentido ontológico, uma essência do “real” e, em sentido epistemológico, a tese de que seria possível uma correspondência entre um determinado discurso produzido pelo homem e o “real”.

A tradição ocidental do verdadeiro foi significativamente marcada pelo pensamento platônico que fundou o conceito de uma essência ideal que antecede e coordena todas as coisas. A Filosofia ocidental e a Ciência foram pautadas pela busca de uma verdade que ordenasse o mundo, uma essência que fosse capaz de não apenas interpretar, mas também determinar o porquê das coisas.

É clássica a passagem da alegoria da caverna de Platão (2002), uma metáfora que apontava o nosso mundo como uma ilusão que deveria ser vencida a partir do uso da razão, possibilitando a contemplação do mundo das ideias, no qual estava contida a verdade dos objetos. Saindo da caverna, lugar das imagens e representações, terreno da ignorância, o ser humano teria acesso ao mundo das ideias, aquele em que está contida a verdade.

Platão (2002), assim, dividiu o mundo em duas dimensões: o mundo das ideias, o mundo da verdade, o transcendente; e o mundo sensível, apreendido pelos sentidos, aquele que seria mera cópia distorcida do primeiro. Essa filosofia influenciou o pensamento medieval-escolástico e o pensamento moderno-racional-empírico. Por meio da razão, seria possível desvendar o mundo e tudo o que há nele, além de sua aparência, encontrando a sua verdade.

O grande rompimento do conceito de verdade que perdurou durante toda a evolução da Filosofia ocidental, deu-se com o surgimento do pensamento nietzschiano. Nietzsche (s.d) nos conduz para um caminho que nega a própria existência da verdade, colocando em suspeita toda a tradição platônica de racionalidade, transcendência das ideias, de um além-mundo, ou mesmo de uma divindade que antecede o mundo e o determina. De acordo com Nietzsche (s.d), não se pode conhecer a verdade porque não há verdade.

Para Nietzsche (s.d) não há “ser” – o que existe é o *devenir* –, e a verdade inexiste em um mundo sem qualquer finalidade, um mundo como puro *devenir*.

Chamais vontade de verdade, sábios insígnies, o que vos impele e vos excita? Vontade de tornar concebível tudo o que existe, assim chamo, eu, vossa vontade. Primeiro, quereis tornar pensável tudo o que existe por que duvidais com justa desconfiança, que pensável já o seja. Mas tudo o que existe deve também se adaptar e se curvar! Assim o quer vossa vontade. Que tudo o que existe se humilhe e se submeta ao espírito como seu espelho e sua imagem. É essa toda a vossa vontade, sábios insígnies, uma vontade de poder [...] (Nietzsche, s.d., p. 106).

A produção do conhecimento se rompe, a busca pela verdade que transcende o mundo que vivemos e que possivelmente pode nem existir, em certa medida, deixa de ser meta. A verdade transcendente dá lugar a um contexto de múltiplas “verdades”, um mundo de perspectivas. Nietzsche acreditava que o universo só conhece o *devenir*, logo, tudo que produzimos nele não passaria de uma ilusão de permanência e de verdade.

Silvia Pimenta Velloso Rocha (2003) debruçou-se sobre o pensamento de Nietzsche e seu perspectivismo. Ela cita o exemplo da sua crítica ao mundo como algo passível de ser explicado pelo próprio estilo de escrita do autor:

A escrita fragmentária se articula em primeiro lugar com a crítica nietzschiana da verdade. A “vontade de sistema” é indissociável da vontade de uma verdade que se deixasse apreender em um sistema. Quem supõe o sistema como a forma por excelência do pensamento filosófico, supõe necessariamente uma realidade ordenada e constituída segundo as normas da lógica e da racionalidade humana. [...] recurso estilístico abundantemente utilizado por Nietzsche, que joga deliberadamente com a ambiguidade da linguagem (Rocha, 2003, p. 21-23).

Nietzsche não pensa o mundo como um objeto e o ser humano como um sujeito capaz de explicá-lo. “Não se trata, portanto, do saber socrático de que nada sabemos, nem do ‘saber’ cético de que nada podemos saber, mas do saber trágico de que não há nada a saber” (Rocha, 2003, p. 76).

O perspectivismo de Nietzsche, explicitado por Rocha (2003), nega um sentido absoluto para o mundo, pois a verdade só seria possível se houvesse uma perspectiva que transcendesse o mundo e totalizasse todas as demais perspectivas:

Significa que a própria existência é desprovida de toda forma e medida, de todo sentido, valor e finalidade a não ser os que lhe são atribuídos pelas diferentes perspectivas. Se todo conhecimento é perspectivo é porque o próprio mundo o é. Se as perspectivas não encontram jamais um fundo que as suporte, é porque o próprio mundo é destituído de fundamento (Rocha, 2003, p. 34).

Em meio a essa noção da existência ou inexistência de uma verdade em sentidos ontológico e epistemológico, tomamos uma perspectiva pragmática. Os filósofos pragmáticos James e Bergson (1989) propuseram um caminho sobre a busca de possíveis verdades que estão no âmbito mais prático do mundo. James se apropriou das ideias de

Peirce e reformulou o seu pensamento para além das questões puramente lógicas e científicas. Talvez seja algo mais próximo da verdade que o jornalismo diz estar à procura, a verdade relacionada à linguagem que envolve as crenças e a concordância com o “real”. França (2013)¹ resume a forma como James dividiu esse caminho em três faces que devem ser observadas nos objetos: a concordância com o real; a conjuntura eu-objetos; e as propriedades de crenças e juízos de uma dada sociedade. Como dito, essas três faces foram influenciadas pelo pensamento de Peirce.

A primeira face diz respeito a procurar pistas nos discursos que concordem com o real e não necessariamente correspondam a ele. A segunda face indica a atenção para um mundo confuso e plural, que se confunde entre concretude e abstração. Nesse caso, a consciência do *eu* é algo experienciador, enquanto os objetos do mundo são coisas experienciáveis. O mundo é um todo absorvível e o *eu* é um pensamento transitivo. Esse postulado deve ser considerado em qualquer interpretação discursiva. Já a terceira face tem a ver com o resultado das crenças e juízos sociais presentes nos discursos, que são sempre moldados pelo agir humano.

Nesse sentido, somos partidários da visão de James, na qual a significação das coisas é sua consequência prática, não é um conteúdo, uma verdade, mas sim uma operação discursiva. Tudo o que é produzido dentro do universo discursivo é artificial, humano e encenado. O discurso existe como discurso, não é algo que corresponde de modo exato ao seu objeto. A linguagem é uma válvula de escape que conecta as duas dimensionalidades humanas, o pensamento e o mundo. Instauramos significados para as coisas na tentativa de apontarmos interpretações para os objetos.

É aqui que o jornalismo entra. O jornalismo e seus clássicos manuais possuem o que se convencionou chamar de compromisso social e profissional com a verdade: transmitir uma versão dos acontecimentos que seja isenta e imparcial. Mas de qual verdade estamos falando? Não estamos falando de perspectivas midiáticas? É a partir desses questionamentos que decidimos trabalhar com o conceito de verdade como um dos operadores analíticos para analisar as narrativas midiáticas e seu objetivo de infligir os acontecimentos contados como se eles fossem o próprio “real”².

As sociedades pós-industriais e a midiatização

A significação dos objetos deve ser percebida como uma operação e não uma verdade, conforme in-

terpretação de França sobre James. Uma operação que deve levar em conta a concordância com o real; a relação conjuntiva eu-objetos; e os juízos e crenças sociais. Para analisarmos essas operações, é necessário refletirmos sobre a sociedade contemporânea e os tipos de enunciados que são construídos por ela. Tentamos estabelecer um diálogo entre alguns autores de interesse das teorias da comunicação que estudam a sociedade dos *media* para problematizarmos os caminhos de análise das narrativas televisuais dos acontecimentos.

Segundo Jodelet (2001), existe uma necessidade quase inexorável de sempre estarmos a par do que ocorre no mundo e, por isso, criamos representações que envolvem ideologias e culturas, que podem ser partilhadas ou não, conflituosas ou não e que circulam através dos diversos discursos sobre o nosso universo. Jodelet (2001), em uma perspectiva fenomenológica, afirma que representar:

corresponde a um ato de pensamento pelo qual um sujeito se reporta a um objeto. Este pode ser tanto uma pessoa, quanto uma coisa, um acontecimento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas é sempre necessário (Jodelet, 2001, p. 22).

A autora afirma ainda: “as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação” (Jodelet, 2001, p. 26).

Com base nessa noção, na qual a partir de um saber prático se relacionam um sujeito e um objeto, Jodelet (2001) sistematiza a representação social em alguns tópicos, pensando as condições de produção e circulação, os processos e estados das representações sociais e o estatuto epistemológico dessa representação. No primeiro tópico explicitado pela autora, encontramos a cultura (coletiva e de grupo); a linguagem e a comunicação (interpessoal, institucional e midiática) e a sociedade com seus contextos históricos, ideológicos, sociais e organizacionais. No segundo tópico, temos as formas de saber prático, que envolvem os suportes, conteúdos, estrutura, experiência, ação, função e eficácia das representações. Por fim, no terceiro tópico, existem os valores de verdade e de realidade e as relações das representações com a ciência e com o mundo.

Destes exemplos, sobressai a importância primordial da comunicação nos fenômenos representativos. Primeiro, ela é o valor de transmissão da linguagem, portadora em si mesma de representações. Em seguida, ela incide sobre os aspectos estruturais e formais do pensamento social, à medida que engaja

¹ Vera França expôs sobre o pensamento de James em seminário realizado na PUC Minas em novembro de 2013: *A visibilidade dos anônimos*.

² O termo “real” é bastante polêmico, possui significados distintos em estudos literários, filosóficos e linguísticos. Por esse motivo, utilizamos aspas toda vez que mencionamos essa palavra. A noção de “real” adotada por nós neste trabalho é a mesma que Verón (2001) utiliza. Tratamos como “real”, a realidade social construída, as práticas coletivas, algo que não pode ser totalizado por uma narrativa, apesar de as narrativas dos meios tentarem de todas as formas se confundirem com esse “real”.

processos de interação social, influência, consenso ou dissenso e polêmica. Finalmente ela contribui para forjar representações que apoiadas numa energética social, são pertinentes para a vida prática e afetiva dos grupos (Jodelet, 2001, p. 32).

Compartilhamos a noção de representação social dessa autora e a utilizamos como ponto de partida para nossas reflexões iniciais, relacionando linguagem e comunicação, já que nosso intuito é pensar olhares para a análise do processo de representação social de alguns acontecimentos pelos *media*.

Antes de expormos o conceito de mediação, processo sociocultural contemporâneo, falaremos um pouco sobre algumas teorias fundadoras da Comunicação e qual a corrente que mais se aproxima de nossa proposta de investida analítica. Miège (2000) realiza uma revisão didática sobre os estudos de Comunicação. Nós iremos utilizá-la, nesse primeiro momento, para citarmos algumas correntes fundadoras. De acordo com o autor, três correntes estão na fundação do pensamento em Comunicação, deixando ressalvas de que é complicado equiparar o pensamento comunicacional a uma organização acadêmica, já que os primeiros textos em comunicação retomam as reflexões gregas clássicas, tendo como grande sistematizador o filósofo Aristóteles.

O primeiro modelo é o “cibernético”, baseado no esquema: emissor – canal – receptor. Esse modelo supõe a existência de uma ligação física (o canal) que permite a transmissão das mensagens. Daí a essência da Teoria da Comunicação, que decompõe o mundo em partículas (Miège, 2000).

A segunda corrente é a abordagem empírico-funcionalista dos meios de comunicação de massa, composta por uma grande quantidade de autores e escolas. Ela defende o princípio da liberdade da informação e do liberalismo econômico. O integrante de maior influência dessa corrente é Harold Lasswell, citado por Miège (2000), com sua célebre definição do ato de comunicação, que se baseia em encontrar as respostas às perguntas: quem? diz o quê? em que canal? para quem? com que efeito? Os funcionalistas direcionam suas atenções para o papel dos *media* e para uma teoria da influência (é o caso da Teoria Hipodérmica, Agenda *Setting* e Espiral do Silêncio)³ (Miège, 2000).

A terceira corrente é o “método estrutural e suas aplicações linguísticas”. O método estrutural teve grande impacto no pensamento comunicacional. A análise estrutural das narrativas foi aperfeiçoada; aumentou-se a relevância das mensagens visuais e a semiologia forneceu modelos metodológicos para o estudo da linguagem (Miège, 2000).

Outras correntes cooperaram com a evolução do pensamento em Comunicação, como a sociologia da cultura de massa, o pensamento crítico, a psicossociologia e o pensamento McLuhan⁴. As correntes fundadoras, mesmo após a década de 70, continuaram influentes, mas nesse período outras concepções começaram a se afirmar, como a etnografia, a economia política crítica, os estudos de recepção e as filosofias da comunicação⁵ (Miège, 2000).

Em nossa proposta de análise, nós nos aproximamos mais da terceira corrente fundadora (método estrutural e suas aplicações linguísticas), pois estamos preocupados com narrativas, tanto em sua materialidade, quanto na lógica de sua enunciação (o envolvimento do contexto situacional). Por isso, as teorias que escolhemos se preocupam com o âmbito de produção do circuito da comunicação.

Além de analisarmos a materialidade dos enunciados, também escolhemos dar atenção especial ao caráter externo do discurso, à sociedade pós-industrial e a como os *media* estão imersos nesse contexto.

Iniciamos nossa reflexão sobre as sociedades pós-industriais com Martín-Barbero (2001), que discute alguns tópicos sobre a Modernidade. Segundo o autor, na Modernidade, houve uma clara alteração das esferas discursivas da ciência, da moral e da arte, além da especialização e institucionalização dos espaços da política, da economia e da cultura. No terreno fluido – ou líquido para usar a terminologia de Bauman (2003) – daquilo que alguns chamam “pós-modernidade”, ocorrem fenômenos como a globalização, a rápida mutabilidade das identidades e a hipertecnologia (Martín-Barbero, 2001).

Acreditamos que esses efeitos, recentes nas sociedades industriais, densificaram e complexificaram as mediações⁶ entre os indivíduos, as práticas coletivas e os *media*. Para Thompson (1998, p. 19):

³ Resumidamente, a teoria hipodérmica enxergava o processo de comunicação como uma grande agulha que representava a produção; a sociedade, os receptores, era o corpo que recebia aquele conteúdo de modo passivo. A agenda *setting* é a teoria do agendamento social produzido pelos fatos escolhidos pelos *media*. A espiral do silêncio é uma teoria das pesquisas de opinião, que apontava uma influência e mudança de comportamento das pessoas assim que descobriam o interesse majoritário de uma determinada audiência, sendo induzidas a seguir a maioria (Miège, 2000).

⁴ Como afirmou Sodré (2006), para McLuhan, “o *medium* é entendido como forma condicionante de uma experiência historicamente marcada. Não é um *a priori* kantiano (assim como tempo e espaço são formas apriorísticas do conhecimento), já que é capaz de interagir com o real-histórico, mas é forma de unificação da experiência sensorial, uma vez que mobiliza tatilmente todos os sentidos” (Sodré, 2006, p. 84).

⁵ Não entramos em detalhes sobre essas teorias, pois nosso objetivo foi simplesmente contextualizar as correntes fundadoras para apontar a que melhor se encaixa em nosso propósito de pesquisa.

⁶ A noção de mediação aqui é a mesma tomada por Braga (2012, p. 32): “A ideia de mediação corresponde à percepção de que não temos um conhecimento direto dessa realidade – nosso relacionamento com o ‘real’ é sempre intermediado por um ‘estar na realidade’ em modo situado, por um ponto de vista – que é social, cultural, psicológico. O ser humano vê o mundo pelas lentes de sua inserção histórico-cultural, por seu ‘momento’”.

o desenvolvimento dos meios de comunicação é em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si.

Sodré (2002) faz alguns apontamentos a respeito da revolução informacional ocasionada pelos avanços técnicos da Modernidade. Estamos em um mundo no qual existem imensos estoques de dados que são rapidamente transmitidos. O nome dado a isso é Globalização, que coincide com a ideologia neoliberal. “Se a Industrial centrou-se na mobilidade espacial, a da Informação centrou-se na virtual anulação do espaço pelo tempo [...] o *nomos* da modernidade tardia caracteriza-se por velocidade e fluidez dos processos” (Sodré, 2002, p. 14).

Uma vertente com teor de catástrofe dessa sociedade dos *media* é a do filósofo Baudrillard (1991). Por meio de uma reflexão crítica, o autor afirma: “O imaginário era álibi do real, num mundo dominado pelo princípio de realidade. Hoje em dia, é o real que se torna álibi do modelo, num universo regido pelo princípio de simulação” (Baudrillard, 1991, p.177).

Nessa linha de raciocínio, Sodré (2002, p. 22) afirma que:

A palavra deve ser agora tomada como metáfora intelectual, para um ordenamento cultural da sociedade em que as imagens deixam de ser reflexos e máscaras de uma realidade referencial para se tornarem simulacros tecnicamente auto-referentes, embora político-economicamente a serviço de um novo tipo de gestão da vida social.

No rastro das ideias de Baudrillard (1991) e outros estudiosos dos *media* das décadas de 70 e 80, como Debord (1997) e sua sociedade do espetáculo, temos o que é chamado de processo de midiatização da sociedade. Longe de ser uma crítica tão dura quanto a dos estudiosos desse período, influenciados principalmente pelas ideias frankfurtianas⁷, a midiatização tem sido vista como processo social que ainda não pode ser considerado absoluto. Trata-se de um conceito que, ao contrário da Teoria Crítica ou funcionalista, tenta mostrar uma sociedade que não apenas recebe conteúdo midiático, mas também o devolve e o transforma. Como afirma Braga (2006a), é preciso superar a clássica distinção dos estudos midiáticos, elaborada por Umberto Eco (1970), a de apocalípticos e integrados⁸.

Não se trata de adotar uma posição de equilíbrio entre esses dois extremos, mas sim de recusar radicalmente essa dimensão determinada pelos dois polos. O problema da reflexão na área não é afirmar uma tomada de posição (num sentido ou outro), mas sim examinar que coisa é essa em construção na e pela sociedade – os processos midiáticos – em sua realidade histórica (Braga, 2006a, p. 52-53).

Diversos autores do campo da comunicação têm se debruçado sobre o fenômeno da midiatização na tentativa de realizar uma reflexão sobre os efeitos desse processo nas dinâmicas sociais e simbólicas. Trata-se de um conceito que trabalhamos em pesquisas recentes. Sodré (2002) realiza uma rápida distinção entre mediação e midiatização:

É preciso esclarecer o alcance do termo “midiatização”, devido à sua diferença com “mediação” que, por sua vez, distingue-se sutilmente de “interação”, um dos níveis operativos do processo mediador. Com efeito, toda e qualquer cultura implica mediações simbólicas, que são linguagem, trabalho, leis, artes, etc. Está presente na palavra mediação o significado da ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes [...] já midiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação – a que poderíamos chamar tecno-interação – caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível denominada *médium* (Sodré, 2002, p. 20).

De acordo com Verón (2001), a midiatização é um processo em marcha na sociedade contemporânea. Trata-se do resultado da evolução de processos midiáticos instaurados nas sociedades industriais, em que os meios de comunicação possuem papel central na formação cultural e na produção de sentido. Em uma sociedade em processo de midiatização, todas as práticas culturais e sociais se transformam em uma relação direta com os *media*. A tela da televisão, por exemplo, tornou-se um lugar fundamental na produção dos espaços imaginários das cidades, ao passo que, na via oposta, o tele-espaço busca se apropriar do espaço urbano (Verón, 2001).

Na era da midiatização, em que imperam as mediações no contexto sociossimbólico, prevalece a ideologia representacional. A midiatização vem tentando se legitimar, criando uma proposta de “real” que quer ser o tempo todo afirmado como o “único e verdadeiro real”, como uma nova organização sociossimbólica que altera a inteligibilidade da vida. Devemos salientar que os meios de comunicação não são apenas dispositivos de reprodução

⁷ Adorno (2002) e Benjamin (1994) foram alguns dos principais autores frankfurtianos. Tanto a noção de Benjamin sobre a perda da aura da arte no momento em que ela passou a ser reproduzida em grande escala, quanto os conceitos de Adorno e Horkheimer de uma indústria cultural que obedece à lógica mercantilista, à cultura de massas pobre e vazia, ao controle mediado pela diversão e à tradução estereotipada dos produtos foram reflexões estudadas por muitos teóricos da Comunicação.

⁸ Para Eco (1970), os integrados são os que veem os *media* apenas em suas possibilidades positivas, absorvendo-os em seu sentido tecnológico, como característica de qualquer sociedade democrática, e em seus avanços e vantagens sociais, enquanto os apocalípticos, em contrapartida, enxergam os *media* de modo negativo, condenando-os como instâncias de poder que influenciam a sociedade capitalista e produzem somente bens simbólicos de qualidade duvidosa.

da realidade social que copiam mais ou menos fielmente o contexto sociocultural; eles são também dispositivos de produção e construção de sentido. A televisão e os demais meios apontam propostas de identidades e papéis sociais para os indivíduos da sociedade industrial (Verón, 2001).

Para Verón (2001), o “real” construído pelos meios de comunicação é um “real” de múltiplas facetas. Existe a mesma quantidade de realidades quanto de discursos que se enunciam a partir delas. Trata-se de um “real” que nos é apresentado de modo totalmente fragmentado. Deve-se ressaltar que essa forma de apresentação do “real” se incorporou à maneira dos indivíduos de experimentar o mundo e não representa um choque para o homem contemporâneo.

A midiatização social, dessa maneira, causa um duplo movimento contraditório em relação à construção da realidade social. Na encenação discursiva, quem enuncia tenta ser sincero, no intuito de nos apresentar um “real” que quer ser legítimo. Contudo, a mediação sónica dos meios gera automaticamente uma valorização das estratégias enunciativas, condicionando a pretensão de verdade de cada enunciador, em um regime de perspectivas (Verón, 2001).

Fausto Neto (2008) é outro autor que se preocupa com as implicações desse processo. Ele enfatiza que a midiatização estabelece uma nova dinâmica de relações, afetadas por operações que estabelecem novas interfaces entre os atores sociais e as instituições: “A convergência de fatores sócio-tecnológicos, disseminados segundo lógicas de ofertas e de usos sociais produziu, sobretudo nas últimas décadas, profundas e complexas alterações na constituição societária, nas suas formas de vida, e suas interações” (Fausto Neto, 2008, p. 92).

É importante deixar claro que, apesar do avanço veloz da midiatização e sua larga influência na construção da realidade social, o processo ainda não é absoluto. A profecia apontada por muitos é a de que o avanço da midiatização atingirá seu extremo e haverá uma transferência total das práticas coletivas para o universo dos meios. Usando a conceituação de Braga (2006b), podemos dizer que a midiatização da sociedade avança a largos passos para se tornar a processualidade interacional de referência. O que vivemos seria um prelúdio: os *media* estão no centro da cultura e da linguagem; no instante em que a midiatização da sociedade for concluída, os fenômenos comunicacionais atuarão de acordo com as lógicas do novo processo interacional de referência. Podemos citar algumas das incompletudes e limitações da midiatização apontadas por Braga (2006b), como as dificuldades de retorno e resposta social e problemas com a legitimação dos enunciados.

Pensando a midiatização como algo que ainda não se completou, podemos dizer que ela vem avançando em etapas. A etapa mais recente da midiatização de acordo com Verón (2001) seria a instauração do regime indicial⁹ da significação como estratégia enunciativa de construção da realidade social. A ordem do indicial utiliza de operações metonímicas, a fim de se aproximar cada vez mais da realidade social. Verón (2001) resalta que a ordem metonímica de substituição, apesar de dominante, se articula com as demais ordens (simbólica e icônica), não as anula, no momento de representar os eventos do mundo.

A indicialidade retoma um caráter renascentista de correspondência com o real; é característica essencial das imagens técnicas. Machado (1994) afirma que a arte não é coerente e nem linear, ao apontar o fato da própria Renascença ter sido uma era da objetivação, na qual o homem já demonstrava interesse em produzir técnicas que pudessem deformar a evolução dos raios visuais produzidos pela câmera obscura. Durante toda a história da arte, o homem sempre pendeu para um desses lados, ou correntes abstracionistas ou correntes objetivas, mas as duas, de algum modo, sempre estiveram lado a lado. Segundo Machado (1994), as imagens técnicas são fenômenos audiovisuais em que a máquina assume papel mais determinante na criação da imagem do que o homem – sujeito criador. De algum modo, essa realidade mediada pela técnica e não mais objetivada pelo homem faz com que as imagens se tornem cada vez mais semelhantes e parecidas com seus objetos, inibindo, em certa medida, a criatividade humana. A imagem técnica blefa através de sua aparência de espelho, e esse é um grande trunfo da ordem indicial da representação.

Dentre as imagens técnicas, há as televisivas especificamente. Hall (2009, p. 392) diz que:

o signo televisivo é um signo complexo. Ele é constituído pela combinação de dois tipos de discurso, o visual e o auditivo. Além do mais é um signo icônico, na terminologia de Peirce, porque possui algumas propriedades da coisa representada. Este é um ponto que tem levado a grandes confusões e tem sido o terreno de uma intensa controvérsia no estudo da linguagem visual. Uma vez que o discurso visual traduz um mundo tridimensional em planos bidimensionais, ele não pode, é claro, ser o referente ou o conceito que significa.

Em sua história, a televisão sempre privilegiou a linguagem direta, indicial, como modo de apropriação do “real” pelo discurso, apesar de as imagens possuírem, em essência, um aspecto icônico. São ícones sufocados por operações indiciais. A estética televisiva ainda é a principal referência de reprodução da realidade social. Mesmo com

⁹ O termo indicial se refere a noção de índice de Peirce (1977), na qual os signos são divididos em uma tricotomia que envolve uma primeiridade, uma secundidade e uma terceiridade do sentido. Na relação do signo com seu objeto temos três tipos de signos: ícone (primeiridade), que representa o objeto de modo análogo; índice (secundidade), que representa o objeto a partir de um vínculo existencial; e símbolo (terceiridade), que representa o objeto por meio de uma convenção.

o avanço das novas mídias e da *web*, a televisão permanece forte para grande parte da população. A TV é a mídia de referência do nosso cotidiano, como explicita Silverstone (2002, p. 165-166): “A televisão. Ligada ou desligada. Ligada e desligada. Sempre disponível. Sempre à mão. Incrustada na cultura do ambiente doméstico. [...] já não podemos pensar sobre o lar, como tampouco podemos viver no lar, sem nossa mídia”.

São muitas as teorias que se debruçam sobre a TV como suporte, dispositivo social e linguagem. Consideramos importante refletir sobre essa visada, em que a mídia televisiva além de reproduzir a realidade social por meio de seu caráter indicial, também produz sentidos, orienta papéis sociais e constrói realidades perpassando ideologias e poderes muitas vezes ocultos. As discussões acima tentam demonstrar a importância social e cultural dos *media* e da televisão.

Tendo expostas as noções de processo de midiatização e o caráter indicial da televisão, examinaremos o conceito de acontecimento e narrativa.

O acontecimento como fenômeno e narrativa

O acontecimento, no passado, era algo do âmbito da raridade, tinha algo de essencial, diferente de hoje, em que o mundo está imerso por infinitos eventos que se repetem nos *media*, fato esse que acabou por criar uma crise na concepção histórica do acontecimento, de acordo com Miranda (2005). “Num mundo tornado fantasmagórico, dominam aparições de todo o gênero, imagens e sons a que servimos momentaneamente de suporte, para depois se dispersarem numa cacofonia imensa, que se confunde com o ruído de fundo do universo” (p. 113).

O autor afirma que a partir da perda de poder dos grandes acontecimentos, passou a ser necessário buscar um norteamento sobre o que acontece aqui e agora. Para Miranda (2005), das filosofias do acontecimento atuais, a principal sem dúvida é a de Deleuze (2007):

No caso de Deleuze, o acontecimento dá-se sempre no plural, extraído-se em cada caso do *devenir* o conceito vivo que o singulariza [...] Deleuze defende que todo o acontecimento tem uma estrutura dupla, a saber: primeiramente, o momento em que se manifesta, numa situação ou num corpo, fatal, pontuando a existência, desdobrando o passado e o presente – desde o ponto de vista daquele que o encarna – depois, a modalidade ontológica, o *eventum tantum*, absolutamente neutro e impessoal, que destrói toda a concretização (Miranda, 2005, p. 114-115).

Pensando o acontecimento puro, em seu sentido ontológico, apoiando-se em Deleuze (2007), Miranda (2005, p. 116) diz ainda: “o acontecer puro é da ordem da totalidade, da realização cósmica física, mas sem retirar daí todas as consequências”.

Segundo Deleuze (2007), um acontecimento em sua essência é algo singular, de caráter inaugural, impessoal, aconceitual, instantâneo e neutro. O aconte-

cimento marca o início processual, o fim de uma época e o começo de outra. É preciso realçar a indiferença do acontecimento em relação ao coletivo e ao individual, suas determinações exteriores e suas relações culturais que determinam sentidos de possíveis. As pessoas envolvidas em determinado acontecimento o captam de modos distintos, em níveis de efetuação variáveis. “O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera. Segundo as três determinações precedentes, ele é o que deve ser compreendido, o que deve ser querido, o que deve ser representado no que acontece” (Deleuze, 2007, p. 152).

Quéré (2005) é outro pesquisador que estuda o acontecimento próximo da perspectiva de Deleuze (2007), atravessando também o pragmatismo norte-americano, as ideias de G. Mead e Hanna Arendt, citados em seu texto. Ele avalia as implicaturas dos acontecimentos nas perspectivas dos indivíduos. Compartilhando a visão de Deleuze, Quéré (2005) diz que aquilo que acontece é algo que causa uma descontinuidade no tempo, introduzindo o inédito, um evento que foge à nossa experiência.

Se o acontecimento se caracteriza pela sua descontinuidade e pelo novo que faz emergir, necessário se torna especificar a maneira como ele se relaciona, por um lado, com o que condiciona e, por outro, com as nossas atitudes temporais que são a atenção, a presença e a recordação (Quéré, 2005, p. 63).

Eis o seu conceito de acontecimento: um fato ocorrido no mundo, com possibilidade de ser explicado, de caráter hermenêutico; potência que pede para ser compreendida, ao passo que também é um fenômeno de revelação, determina o fim de um tempo e o começo de outro. O autor enfatiza a dimensão estratégica da interpretação do acontecimento:

Fazemos tudo que está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos. [...] certos acontecimentos são esperados ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu. [...] reconstruímos, através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta; restauramos a continuidade no momento em que a ruptura se manifestou, ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível (Quéré, 2005, p. 61).

Um acontecimento é um evento que possui poder de afetação, que pode ser individual ou coletivo, porque ele reconstrói um passado, um contexto temporal, e cria novas possibilidades para o futuro, assim que é explicado. Passado hipotético como futuro. O “agora” seria um instante privilegiado: “momento singular a partir do qual se abrem possíveis. Esse *nunc* institui um corte na continuidade do tempo e confere um sentido ao antes e ao depois em que possíveis podem ser configurados” (Quéré, 2005, p. 64).

Sempre identificamos o acontecimento como uma descrição. O momento de apreensão individual do acontecimento acaba por exceder o momento de sua ocorrência, na perspectiva da construção de uma lógica cronológica. Trata-se de um contexto em que Chronos (o tempo sucessivo) perde o sentido, permitindo o surgimento de Aion (um entre-tempo, não-tempo ou tempo morto, no qual a legislatura de Chronos deixou de reinar). “Tentamos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe um sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe valores de normalidade” (Quéré, 2005, p. 66).

Acontecimentos estão na ordem do inesperado, afetam a continuidade da experiência, interrompem um sistema de expectativas. O acontecimento desvia-se, assim, da sua contemplação e passa por sua explicação causal. O acontecimento só o é porque acontece a alguém. Pode ser tamanha e especial a importância do acontecimento que ele pode se tornar referencial na trajetória de vida das pessoas (Quéré, 2005).

O processo interpretativo que se coloca para a introspecção intelectual dos acontecimentos é condicionado em três aspectos: a descrição (individualização); a intriga (produzir uma narração do ocorrido, torná-lo dizível por intermédio de uma narrativa); e a normalização (delimitar, categorizar e inscrever o acontecimento no âmbito de dados fenômenos). Descrevendo e narrando os acontecimentos, os indivíduos tentam normalizá-los, anulando sua natureza acontecimental (*événementiel*), de *devir*, comparando-os e associando-os a outros acontecimentos. Esse contexto impele as pessoas a reverem seus “campos de possíveis”. Nesse sentido, não podemos mudar um acontecimento; no entanto, este pode introduzir novas inteligibilidades e novas interpretações, alterando condutas e ações. É através da apropriação dos indivíduos que o acontecimento ganha sua significação própria (Quéré, 2005).

Nem todo acontecimento torna-se acontecimento midiático. Em meio a uma sucessão de eventos aleatórios e ordinários, vale ressaltar que o poder de transformação de um acontecimento é mais importante quando este é adverso ou inesperado. Os *media* se aproveitam da ruptura dos quadros de normalidade social e funcionam como operadores de publicitação ou construção de acontecimentos e notícias. O acontecimento bruto difere do acontecimento midiático porque esse último sempre surge como uma construção; é muitas vezes totalmente construído, é a descrição e intriga, um discurso de determinado evento do mundo por meio de uma determinada perspectiva midiática. “Na representação da sociedade aparecem então, especialmente, as rupturas – seja no eixo do tempo, seja no campo do social” (Luhmann, 2005, p. 132).

Os *media* constroem um todo a partir de fragmentos: “Os acontecimentos explodem na superfície da mídia

sobre a qual se inscrevem como sobre uma membrana sensível. Mas põem em ressonância os sentidos que nela são inscritos” (Mouillaud, 2002, p. 50).

Os jornais são, nesse sentido, criadores sociossimbólicos; despertam conhecimentos, reverberações de dados acontecimentos. Os *media* fragmentam seu discurso em um presente da atualidade. Através do blefe da narrativa, a notícia é esculpida a partir do acontecimento, sendo que esse só significa como acontecimento em um discurso (Charaudeau, 2007). “[...] o processo narrativo o insere numa interrogação sobre a origem e o *devir*, conferindo-lhe uma aparência ilusória de espessura temporal” (p. 135).

Aqui, Charaudeau (2007) destoa um pouco sua visão de acontecimento em relação a Quéré (2005), pois o primeiro considera que o acontecimento só “existe” quando se torna discurso, enquanto que o segundo dá importância ao caráter hermenêutico e ao poder de afetação do acontecimento.

Assim, diferenciamos a noção de acontecimento como fenômeno do mundo, potência que pede para ser interpretada, causador de discontinuidades e rupturas na experiência, aquele que ganha significados próprios a partir de determinada apropriação humana, e a noção de acontecimento midiático, aquele que se dá a *posteriori*, construção que possui seu significado como discurso. Ou seja, o acontecimento também pode ser construído, planejado e tematizado, de acordo com várias editoriais. Desse modo, a noção de acontecimento será um operador analítico desta dissertação.

O acontecimento é uma modalidade transparente da informação; objeto do signo, mundo do qual se supõe o “real”. “Opomos o acontecimento como algo que antecede cronologicamente a informação. De um lado o conteúdo material e no oposto o produto difundido e formatado” (Mouillaud, 2002, p. 53).

Para Mouillaud (2002, p. 51):

O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, estes, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural. Se, na origem, o acontecimento não existe como um dado de fato, também não tem solução final. A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações. [...] A hipótese que sustentamos é a de que o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do fato.

Um acontecimento como sombra projetada do fato, como afirma Mouillaud (2002), pode gerar novos fatos a partir do sistema de significação midiático, uma cadeia metonímica que produz novos sentidos e novos discursos. Uma multiplicidade de narrativas se junta para narrar a cena, envolvendo sua materialidade e seu nível mediador.

A necessidade de se fixar a atualidade em um presente na enunciação faz com que a temporalidade social

seja marcada pelo ritmo da notícia e pela periodicidade imposta pelos *media*.

A atualidade é feita dos acontecimentos que são contemporâneos do jornalista que os enuncia, do jornal que os publica e do leitor que os lê [...] a informação é da ordem da questão; ela trata do futuro e não simplesmente do passado que ocorreu. A Atualidade nos põe face ao acontecimento (Mouillaud, 2002, p. 72-73).

Pelo blefe da narrativa, os acontecimentos midiáticos são construídos e representados, transformando-se em uma espécie de agenda social.

Os *media* acabam por funcionar como uma agenda coletiva. O que muitos ignoram, e é lembrado por Sodré (2002), é o fato de os *media* não serem uma instância exclusiva da sociedade. Essa agenda acaba por se articular em uma relação direta entre espaço público e processos midiáticos. Como afirma o autor, não se trata de uma doutrinação que age de maneira manipulatória, em que uma superconsciência atua sobre outras consciências, como na hipótese da agenda *setting*.

Selecionar determinados assuntos na pauta midiática ocasiona necessariamente uma operação de exclusão. O foco dado ao que deve ser iluminado e que rompe com outros eixos de ocorrências e interesses sociais merece uma reflexão. Os meios produzem informações selecionadas por eles mesmos e essas informações causam a necessidade de produção de mais informações:

O traço básico talvez mais importante e contínuo é que os meios de comunicação, ao mesmo tempo que elaboram informações, abrem um horizonte de incertezas produzidas por eles mesmos, que precisa ser servido com outras e sempre outras informações. [...] O presente, o diferencial de ambos os horizontes de tempo, que não é, ele mesmo, nem presente nem futuro, torna-se o lugar onde as informações são consolidadas e as decisões são tomadas (Luhmann, 2005, p. 138-139).

Os acontecimentos que são escolhidos pelos *media* estão relacionados com modelos e regras específicas. Esse processo de enquadramento transformou os acontecimentos em narrativas, por meio de intencionalidades comunicativas e efeitos planejados.

Sintetizando um pouco dessa discussão, pensando as narrativas e o acontecimento midiático a partir das palavras de Luhmann (2005): a transmissão dos acontecimentos pelos *media* não é o “real”, o fato que ocorreu, mas uma representação ficcional deste. Sendo a linguagem a matéria-prima dos meios de comunicação, estes são por excelência instâncias mediadoras da realidade social, uma combinação do espaço sociocultural com os sistemas linguísticos que constroem universos simbólicos. Como afirma Maingueneau (1997), é preciso admitir que a encenação discursiva não é uma máscara do mundo, mas uma de suas formas, ou seja, sempre que representamos algo, colocamos alguma coisa de novo nesse objeto.

Considerações finais - sobre a verdade, as realidades de ordem indicial, as narrativas e possíveis análises

Podemos dizer que todas as questões expostas até aqui envolvem um cenário de linguagem e um cenário social, o discurso, que estrutura sentidos e estabelece contratos. São operações que entrecruzam e fundem mundos materiais e simbólicos. Na tentativa de nos aproximarmos de algumas operações possíveis de uma proposta metodológica e refletindo sobre um modelo específico para analisar narrativas de telejornais, utilizamos como base conceitual-metodológica os conceitos esboçados e tentamos construir operadores de análise usando conceitos semióticos, sociológicos e filosóficos.

O “real” como vemos, as práticas sociais, o cotidiano são o nome imaginário que nos convém, pois o “real” de um sujeito é o imaginário que só ele possui, não podendo se afirmar como “real” verdadeiro e totalizante. A cultura de massa apresentada pelos *media* tem justamente o papel de construir pontos de convergência, pequenos universos comuns à percepção de “real” dos sujeitos através de representações. Como afirma Comolli (2008, p. 100):

[...] o mundo nos é dado por meio de narrativas. O real seria, portanto, aquela parte do mundo que não é apreendida em nenhuma narrativa, que escapa a todas as narrativas já formadas. Que demanda uma nova narrativa, ou desafia a narrativa. Real – o que já está aqui sem ser apreensível e que nos apreende, a nós, sob a forma de acidente, lapso, surpresa, *gag*, pane, afasia, silêncio ou grito. Em contrapartida, o que chamamos de realidade, e que se coloca no plural, concerne às elaborações práticas conduzidas pelas diferentes narrativas dos diferentes polos de poder.

A construção das representações (inclusive as midiáticas) é feita narrativamente. As narrativas televisuais utilizam estratégias discursivas para atrair e informar os indivíduos, na tentativa de se tornar a referência de realidade social. O discurso midiático estabelece, assim, a visibilidade dos acontecimentos e do mundo, pressupondo uma representação com estatuto de realidade e verdade. As estratégias indiciais induzem o telespectador a crer no blefe da narrativa midiática e do agendamento midiático do espaço social.

Tendo em vista todos esses elementos, Thompson (1998) já havia postulado: “a comunicação é uma forma de ação, a análise da comunicação deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação na consideração do seu caráter socialmente contextualizado” (Thompson, 1998, p. 20).

Direcionando nossas atenções aos aspectos que envolvem a exterioridade da linguagem, às narrativas vistas por essa ótica socialmente contextualizada é que propomos a atividade reflexiva dos três conceitos mencionados. Dessa maneira, pensamos o televisual e suas narrativas hegemônicas, relativizando a noção de verdade

amplamente veiculada pelo jornalismo contemporâneo, refletindo o processo de midiática que se instaurou nas sociedades pós-industriais e percebendo o caráter de representação do acontecimento em oposição à sua dimensão fenomênica.

Assim, para fins de análises futuras, sintetizamos algumas das ideias abordadas em possíveis operadores analíticos ou chaves de leitura para a análise de narrativas televisuais de informação, tais como:

- o olhar sobre como as narrativas televisuais criam valores de “verdade absoluta”,
- as formas como elas expressam juízos e tentam concordar com o real,
- os modos como o caráter indicial da linguagem, sintoma da midiática, é quase onipresente nessas narrativas,
- as formas como o discurso verbal se ancora ou cria novos imaginários por meio do discurso visual,
- a maneira como o acontecimento na sua dimensão de fenômeno é resignificado por meio do relato, perdendo e ganhando novos significados, com nomeações e qualificações de seres do mundo e as construções de ações no tempo por meio de narrativas textuais e visuais.

Os três conceitos apresentados aqui, quando em diálogo, parecem nos trazer à tona muitas questões das mais variadas narrativas, como as propostas de operadores analíticos acima. Acreditamos que as reflexões filosóficas e sociais a respeito da verdade, dos acontecimentos e da midiática, pode ser um caminho interessante para pensarmos as construções televisuais das narrativas telejornalísticas.

Referências

- ADORNO, T. 2002. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 127 p. (Seleção de Textos de Jorge Mattos Brito de Almeida).
- BAUDRILLARD, J. 1991. *Simulacros e simulações*. Lisboa, Relógio D'água, 202 p.
- BAUMAN, Z. 2003. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 280 p.
- BENJAMIN, W. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 253 p. (Obras escolhidas, Volume 1).
- BRAGA, J.L. 2006a. *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo, Paulus, 350 p.
- BRAGA, J.L. 2006b. Sobre “mediatização” como processo interacional de referência. In: Encontro Anual da Compós, 15, Bauru, 2006. *Anais...* Bauru, [CD-ROM].
- BRAGA, J.L. 2012. Circuitos versus campos sociais. In: J. JANOTTI JUNIOR; M.A. MATTOS; N. JACKS (orgs.), *Mediação & Midiatização*. Salvador/Brasília, EDUFBA/Compós, p. 31-52.
- CHARAUDEAU, P. 2007. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 283 p.
- COMOLLI, J.-L. 2008. Estudos em Toulouse: representação, mise-en-scène e mediatização. In: J.-L. COMOLLI, *Ver e poder. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, p. 96-107.
- DEBORD, G. 1997. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 240 p.
- DELEUZE, G. 2007. *Lógica do sentido*. São Paulo, Perspectiva, 342 p.
- ECO, U. 1970. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo, Perspectiva, 391 p.
- FAUSTO NETO, A. 2008. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. *Matrizes*, abr., p. 89-105.
- FRANÇA, V. 2013. *Seminário: Visibilidade dos anônimos*. Belo Horizonte, PUC-Minas. (Comunicação oral).
- HALL, S. 2009. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 480 p.
- JAMES, W.; BERGSON, H. 1989. *Pragmatismo*. São Paulo, Nova Cultura, 271 p.
- JODELET, D. 2001. *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 416 p.
- LUHMANN, N. 2005. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo, Paulus, 200 p.
- MACHADO, A. 1994. As imagens técnicas: da fotografia à síntese numérica. *Imagens, tecnologia: a imagem sob o signo do novo*, 3: 8-14.
- MAINGUENEAU, D. 1997. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes, 198 p.
- MARTÍN-BARBERO, J. 2001. *Al sur de La modernidad: comunicación, globalización y multiculturalidad*. Pittsburgh, Nuevo Siglo, 303 p.
- MIÈGE, B. 2000. *O pensamento comunicacional*. Petrópolis, Vozes, 140 p.
- MIRANDA, J.A.B. de. 2005. O acontecimento como invenção necessária da história. *Trajectos*, 6:113-121.
- MOUILAUD, M. 2002. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: S. PORTO (org.), *O jornal – da forma ao sentido*. Brasília, Editora UnB, p. 49-83.
- NIETZSCHE, F. [s.d.]. *Assim falava Zaratustra*. São Paulo, Escala, 286 p.
- PEIRCE, C.S. 1977. *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 337 p.
- PLATÃO. 2002. *A república*. São Paulo, Martin Claret, 320 p.
- QUÉRÉ, L. 2005. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*, 6:59-76.
- ROCHA, S.P.V. 2003. *Os abismos da suspeita: Nietzsche e o perspectivismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 182 p.
- SILVERSTONE, R. 2002. *Por que estudar a mídia?* São Paulo, Loyola, 302 p.
- SODRÉ, M. 2002. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede*. Petrópolis, Vozes, 268 p.
- SODRÉ, M. 2006. *As estratégias sensíveis. Afeto, mídia e política*. Petrópolis, Vozes, 230 p.
- THOMPSON, J.B. 1998. *A mídia e a modernidade – uma teoria social da mídia*. Rio de Janeiro, Vozes, 256 p.
- VERÓN, E. 2001. *El cuerpo de las imágenes*. Buenos Aires, Norma, 118 p.

Submetido: 30/04/2015
Aceito: 10/11/2015

Rafael Magalhães Angrisano

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça
30480-000, Belo Horizonte, MG, Brasil

Giani David Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Av. Amazonas, 5253, Nova Suíça
30480-000, Belo Horizonte, MG, Brasil